

Monastério informa que a SECULTFOR já está com a posse do Teatro, que é um programa imenso de teatro escola e já está em andamento. A Presidente Fátima Mesquita complementa a informação dizendo que é o governo do estado que vai dar o valor do recurso. A Coordenadora Clélia Monastério avisa que foi iniciada a pesquisa iconográfica do Bar Avião e que o conselheiro Romeu Duarte já enviou a CPHC o parecer sobre a Casa do Português. O conselheiro Romeu Duarte diz que seu parecer é favorável, mas a instrução de tombamento diz que deve se manter a repartição da casa e manter o uso residencial. O conselheiro Otávio Menezes enfatiza a importância do tombamento da Casa do Português pois sua imagem externa se constituiu como referencial naquela parte da cidade, assim como o Bar Avião. O Conselheiro Gerônimo Coelho indaga como ficou a situação do Bar Avião ao que a coordenadora Clélia Monastério responde que está em suspenso e em processo de pesquisa iconográfica. O Conselheiro Gerônimo Coelho diz que, realmente, ele era um ponto de referência para quem chegava em Fortaleza vindo do interior nos anos 70 e que a família, dona do imóvel ficou com receio de perdê-lo por conta do tombamento. A Conselheira Socorro Lima reafirma que o Bar do Avião está, realmente, bastante alterado. O conselheiro Romeu Duarte pergunta ao vereador se tem amizade com o proprietário para ter acesso a fotos, desenhos do Bar original para que se veja a possibilidade da restauração física do imóvel. ENCAMINHAMENTOS: 1. A presidente Fátima Mesquita solicita que seja encaminhado a todos os conselheiros a "Lei Municipal de Fomento da Cultura", quando estiver pronta; 2. A presidente Fátima Mesquita solicita que os pontos de pauta números de um a três serão adiados para a próxima reunião: 1. Apresentação da nova linha de financiamentos para projetos e obras de bens tombados (convênio BNB/IPHAN/SECULTFOR); 2. Apresentação de parecer técnico: Círculo Operário do Montese e casa da Rua Franklin Távora. 3. Apresentação de solicitações de tombamento: Colégio Militar e casa do Frei Tito. 3. A presidente Fátima Mesquita solicita que na próxima reunião seja feita uma discussão sobre os conceitos: Tombamento e Registro. 4. A Coordenadora Clélia Monastério falar sobre sinalização com Tatiana/SETFOR; 5. Mandar ata para Daniele Melo/PRODETUR; 6. Vereador Gerônimo Coelho deve buscar fotos, desenhos do Bar Avião com o proprietário para restauração física; 7. Pauta discussão TOMBAMENTO/ REGISTRO. Concluídos os trabalhos, a reunião foi considerada encerrada e eu, Clélia Maria Coutinho Teixeira Monastério, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada foi por todos os presentes assinada. **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA (SECULTFOR) - Maria de Fátima Mesquita da Silva. COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA (CPHC-SECULTFOR) - Clélia Maria Coutinho Teixeira Monastério. SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA (SETFOR) - Helena da Cunha Lima. INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB) - Augusto César Chagas Paiva. SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ (SECULT) - Francisco Otávio de Menezes. INSTITUTO DO CEARÁ (IC) - Maria Clélia Lustosa Costa. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC) - Romeu Duarte Júnior. SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ (SETUR) - Maria do Socorro Araújo Câmara. CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA (CMF) - Gerônimo Coelho.**

*** **

ATA DA 29ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL - COMPHIC. Às nove horas do dia dois de agosto de dois mil e onze, na sede da SECULTFOR, Rua Pereira Filgueiras, nº 04, Centro, em Fortaleza/Ceará, foi realizada a 29ª reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da cidade de Fortaleza com a presença das senhoras e dos senhores: Maria de Fátima Mesquita da Silva, representante da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), e Clélia Maria Coutinho Teixeira Monastério, representante da Coordenação de

Patrimônio Histórico-cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), respectivamente Presidente e Secretária do COMPHIC, de acordo com a Lei nº 9.347/2008; e os conselheiros Augusto César Chagas Paiva, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Helena da Cunha Correia Lima, representante da Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR); Maria do Socorro Araújo Câmara, representante da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR); Ivone Cordeiro Barbosa e Romeu Duarte Júnior, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC); Gerônimo Coelho, representante da Câmara Municipal de Fortaleza (CMF); Francisco Augusto Sales Veloso, representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Altamar da Costa Muniz, representante da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Maria do Socorro Lima, representante suplente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM). Estiveram ausentes os Conselheiros: Antonio Osmídio Alencar, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM); Alexandre Sabino do Nascimento, representante da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB). Antonio Gilberto Ramos Nogueira, representante da Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (ANPUH); Euler Sobreira Muniz, representante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Antônio Edmar Carvalho Leite, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Ceará (OAB-CE); Valdelice Carneiro Girão, representante do Instituto do Ceará (IC) e Francisco Otávio de Menezes, representante da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT). Raimunda Ivone Rodrigues Maciel Lima, Raimundo Gomes Marques, historiadores, Márcia Sampaio, arquiteta, e o estagiário Felipe Barreira (CPHC/SECULTFOR); Síria Mapuranga, assessora de imprensa da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). Além deles compareceram Ari Barbosa Ferreira, representante do Banco do Nordeste (BNB); Fabrício Vaz Pires da Silva, engenheiro civil representante do IPHAN, Sra. Luiza Perdigão, Secretária da Regional do Centro (SERCEFOP) e Ana Nery Azevedo, assessora especial de reabilitação do centro (SERCEFOP). A reunião se inicia com a secretária de cultura e presidente do COMPHIC Fátima Mesquita fazendo a leitura dos informes: A) Tombamento, pelo decreto 12843/12 de julho de 2011, da casa onde morou Frei Tito de Alencar; B) Abertura do processo de tombamento da Chácara Flora (Rua Marechal Deodoro, Nº818 – Benfica) e C) Comunicado aos proprietários de bens privados tombados para discussão. O Conselheiro Romeu Duarte explica o porque da abertura do processo de tombamento da Chácara Flora, solicitado por ele mesmo, e relata o andamento do processo, inclusive ressaltando que o imóvel está correndo risco de ser demolido em função da compra do mesmo pela construtora Douglas; diante disso ele solicita à CPHC que tome todas as medidas necessárias para preservar o referido imóvel, comunicando a todos os órgãos e secretarias responsáveis pela fiscalização do bem. A coordenadora da CPHC, Clélia Monastério, diz que já foi enviado o comunicado aos proprietários da chácara sobre a abertura do processo de tombamento da chácara. Clélia comenta ainda a possibilidade, prevista em lei, da aplicação de multa aos proprietários em caso haja alguma alteração física irregular no bem tombado provisoriamente. Romeu se mostrou favorável a aplicação de multa caso seja realmente constatado algum processo de degradação e ressalta que recebeu denúncias de indícios de destelhamento do imóvel. O conselheiro Romeu informou a todos que ele e a professora de história da UFC, Adelaide Gonçalves, participaram de uma reunião com o Reitor da UFC sobre a possibilidade da Universidade adquirir o terreno da Chácara Flora. Nessa reunião foi sinalizada, por parte da UFC na pessoa do reitor, um grande interesse em adquirir o referido imóvel, que além de representar um patrimônio cultural se encontra próximo ao campus do benfica. A secretária Fátima Mesquita pede ao conselheiro Romeu que traga a cópia do pedido de compra feito ao reitor da UFC para que seja anexado ao processo. Solicitou a importância de acompanhar e estimular a compra e que o assunto deve ser discutido posteriormente, momento que será solicitada a presença do conselheiro Osmídio, representante da PGM. Referindo-se ao

informe sobre o tombamento por decreto da Casa onde morou Frei Tito de Alencar, a secretária Fátima Mesquita comenta que há um bom tempo vem dialogando com o movimento Anistia 64/68 sobre a criação de um memorial que trate das vítimas das ditaduras. Há um projeto de implantação deste memorial na sede da SECULTFOR, prédio que abrigou na época da ditadura a sede da Polícia Federal. Com o tombamento da Casa do Frei Tito a secretária informou que acredita ser mais apropriado construir esse memorial na própria casa onde morou Frei Tito, dada a sua história e sua significância. Fátima Mesquita solicitou à secretária da regional do centro, Sra. Luiza Perdigão, que considere a possibilidade da prefeitura desapropriar o imóvel. O conselheiro Altemar fala que esse projeto deve ser feito de forma criteriosa e dentro de uma articulação com a SEDUC, SECULT, etc. A secretária concorda e convida os conselheiros interessados no assunto para se inserirem na elaboração deste projeto. O conselheiro Romeu Duarte lembra que existem vários projetos do tipo desenvolvidos pelo MINC e que a elaboração do mesmo deve ser feito por profissionais e técnicos específicos, além de articular com as instituições públicas, e não depender somente de terceiros. A secretária Fátima argumenta que é função dela, como gestora pública, manter constante diálogo com estudiosos e especialistas nos temas desenvolvidos a fim de que possa apreender da melhor maneira possível os conceitos e conhecimentos a serem colocados em prática, prova disso é o constante diálogo que ela vem mantendo com a professora da UFC Adelaide Gonçalves sobre o memorial da ditadura. O conselheiro Augusto Paiva considera que a questão do projeto do memorial deva ser bem elaborado e estruturado para que aí sim seja apresentado para o COMPHIC. A secretária concorda e lembra que o assunto não faz parte da pauta, mas sim dos informes e que deve-se marcar um dia e um horário para discussão do memorial na casa do Frei Tito. Os informes são encerrados com a colocação da coordenadora Clélia, que comunica ao COMPHIC que a CPHC tem-se movimentado em relação à comunicação e ao diálogo com os proprietários dos imóveis privados tombados pelo município, no sentido de buscar informações em relação a sua manutenção e aos pretensos projetos para os referidos bens. A Secretária Fátima Mesquita prossegue a reunião lendo a pauta a ser discutida: 1) Apresentação da nova linha de financiamento para projetos e obras de bens privados (convênio BNB/IPHAN/SECULTFOR); 2) Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBNB) na Cidade da Criança; 3) Leitura e Votação do Parecer sobre a Casa do Português; 4) Discussão sobre Tombamento/Registro (Apresentação do Caderno de Educação Patrimonial -Mucuripe- e Leitura das Atas da 1ª Reunião Extraordinária 19/12/2008 e da 20ª Reunião 05/05/2010). A secretária de cultura passa a palavra à secretária da Regional do Centro, Luiza Perdigão, e ao representante do BNB, Tibico Brasil. A Secretária da SERCEFOP, Luiza Perdigão, faz um breve histórico sobre a proposta da ida do CCBNB para a Cidade da Criança. O CCBNB, atualmente em edifício de propriedade da Justiça Federal, foi incitado a liberar o prédio para uso da Justiça. Nesta oportunidade, informa a secretária que, o Banco do Nordeste declarou a intenção de permanecer com sua sede no centro da cidade, momento em que a SERCEFOP se disponibilizou a auxiliar na busca de um imóvel apropriado a esse fim juntamente com o BNB. A secretária Luiza Perdigão diz que o centro da cidade é um local estratégico e de importância cultural para cidade de Fortaleza. Segundo ela, tentou-se levar o CCBNB para a estação João Felipe, contudo não obteve êxito, citando ser o tempo um dos entraves mais importantes dado que o Banco tem um prazo para liberar a sua atual sede. Concluiu afirmando que existem várias possibilidades sendo analisadas, mas que seria muito interessante levar o CCBNB para a Cidade da Criança, por ser um local vocacionado para a cultura, espaço e público. A Presidente, Fátima Mesquita, passa a palavra ao Sr. Tibico Brasil que inicia a explanação das intenções do CCBNB em relação à Cidade da Criança. Tibico relata que há mais de um ano que o CCBNB tem procurado outros locais, sejam eles públicos ou privados na região do centro. Aponta que seria muito interessante e necessário se

construir uma relação de Centro Cultural Parque, de maneira que a implantação do CCBNB na Cidade da Criança não viesse a desfigurar seus valores de paisagem bucólica e de fruição. Pontua a necessidade de ampliação da capacidade do centro cultural, principalmente referente a biblioteca do CCBNB, devido à crescente demanda e ressalta a importância das atividades realizadas no atual Auditório e que as mesmas seriam privilegiadas nessa proposta dado que se prevê a integração do Teatro São José como palco para esse Centro Cultural Parque da Cidade da Criança. Tibico Brasil diz que o BNB é muito criterioso na seleção das sedes para os seus Centros Culturais e que antes de uma proposta mais concreta fará um estudo detalhado da viabilidade da instalação do mesmo na Cidade da Criança. Termina dizendo o local da nova sede ainda está em estudo e que o BNB está trabalhando com um prazo de 60 dias para definir esse local. Destaca que é do interesse do CCBNB a sua implantação na Cidade da Criança e que a presente explanação é prematura, mas que julga oportuna por já nortear a análise do Banco sobre a questão. Após essa breve explanação, a secretária Fátima Mesquita abre as inscrições para que os conselheiros se pronunciem a respeito. A primeira a falar é a conselheira Ivone Cordeiro. Ressalta a importância inegável do Centro Cultural Banco do Nordeste para a cidade de Fortaleza, contudo acha inapropriado a ocupação deste centro cultural na Cidade da Criança, pois o espaço não comportaria os interesses de um equipamento deste porte. A conselheira destaca a importância da harmonia entre as áreas verdes e a lagoa, que faz parte naturalmente do local e que poderia vir a ser prejudicada com novas intervenções. Aponta uma outra alternativa para o Centro Cultural: a ocupação do prédio da CONABE. Em seguida o conselheiro Romeu Duarte se pronuncia. Em acordo com a professora Ivone acrescenta que atualmente a Cidade da Criança está sendo ocupada erroneamente com atividades meramente administrativas, porém acha que a implementação do CCBNB no local, patrimônio histórico da cidade, afetaria muito a relação harmoniosa entre os espaços cheios e vazios, característicos do bem em questão. Acredita que serão necessárias intervenções físicas para comportar à expansão e as atividades do CCBNB as quais julga serem inadequadas para a ambiência do Bem. Aponta como alternativa para o Centro Cultural a ocupação de outros espaços da cidade, além do prédio da CONABE, como a quadra que fica entre as ruas Solon Pinheiro, Clarindo de Queiroz, Assunção e Duque de Caxias, quadra que segundo informa a secretária do Centro, Luiza Perdigão, foi desapropriada para alojar um Centro de Comércio. O conselheiro Romeu diz que deve haver uma definição de um novo uso para a Cidade da Criança, mas acredita que lá não seja o local adequado para implementação do CCBNB. Conclui sua fala sugerindo ao BNB que faça um grande concurso público, em parceria com o IAB, oportunidade em que além de se alcançar excelentes resultados arquitetônicos para o projetos da nova sede se dá visibilidade tando ao Centro Cultural quanto a sua nova sede. Em seguida o conselheiro Augusto Paiva se pronuncia dizendo que não se sente ainda totalmente a vontade pra dizer se é contra ou a favor da mudança do CCBNB para a Cidade da Criança, pois seria preciso analisar não a proposta, mas sim, um estudo arquitetônico preliminar feito pelos interessados, a fim de que se possa visualizar as intenções da implementação deste Centro Cultural na Cidade da Criança. Em seguida acha que é a idéia do projeto que vai dizer se o CCBNB vai ser harmonizar ou não com o espaço, além de dizer que no caso da implantação do CCBNB no local a cidade deve ter a contrapartida, como a manutenção do açude, das calçadas, das árvores, etc. O conselheiro Altemar Muniz diz que existem vários prédios ao redor do BNB que poderiam ser ocupados, cita como exemplo o Edifício Savannah, Excelsior, Banco Francês e Bancesa. O historiador Raimundo Marques lembra que a preocupação com a preservação da Cidade da Criança é antiga e que a própria Padaria Espiritual já se preocupava com aquele espaço; recorda também que a Cidade da Criança foi formada onde antes era a Lagoa do Garrote, que se deu da junção de dois riachos, portanto afirma que qualquer grande

intervenção no local seria inadequada, principalmente no que se refere ao CCBNB, pois este equipamento tomaria um espaço muito grande. O vereador e conselheiro Gerônimo Coelho acredita que a prefeitura só tem a ganhar com a implementação do CCBNB na Cidade da Criança, mas ainda assim é cedo pra dar uma resposta definitiva e acredita, concordando com o conselheiro Augusto, que é necessário analisar um estudo arquitetônico preliminar para aí sim tomar uma decisão. O conselheiro Veloso faz alguns esclarecimentos em relação ao IPHAN e suas atitudes, pois diz que por parte de muitos o IPHAN é estigmatizado como aquele que só sabe dizer “não” e tem sido feito um trabalho árduo para tentar mudar essa visão em relação à instituição, pois o que o IPHAN realmente quer é que as coisas se decidam de forma objetiva, portanto, no que concerne à estação João Felipe, o IPHAN tem sido acusado injustamente. Segundo ele o BNB não deveria afastar a possibilidade da sua implantação nas áreas lindeiras à Estação João Felipe, onde poderia construir sua nova sede prevendo todas as necessidades futuras. A assessora especial de reabilitação do centro, Ana Nery acredita que só o projeto pode dizer se é possível ou não a instalação do CCBNB na Cidade da Criança, além de acrescentar que uma tecnologia avançada pode superar possíveis dificuldades. Ela lembra de museus como o Louvre, em Paris, e o museu de Nova York, em frente ao Central Park, como exemplos de projetos culturais que conseguiram unir tecnologia com a adequação do espaço onde foram instalados. Após as intervenções a presidente do conselho repassa a palavra para Tibico Brasil, representante do BNB, para que faça os esclarecimentos e observações suscitados. Tibico concorda com o conselheiro Romeu em relação ao concurso público para arquitetos e diz que acredita que um prédio com um espaço de 1000 metros já seria suficiente para a implementação do CCBNB na Cidade da Criança, relembra que o CCBNB na cidade da Criança seria tratado com Centro Cultural Parque e que portanto o espaço não seria problema. Em relação a fala do conselheiro Altamar, Tibico tranquilizá-lo dizendo que o BNB tem uma equipe com corretor específico verificando todos os prédios possíveis, mas que não poderia no momento informar quais já foram analisados. Conclui dizendo que a parceria entre prefeitura e BNB seria muito proveitosa para ambos os lados, por contemplar o desejo do CCBNB de permanecer no centro da cidade e por oferecer além da manutenção do parque, o financiamento da reforma do Teatro São José como contrapartida da implementação do CCBNB na Cidade da Criança. Julgando ainda que o Centro cultural proporcionaria a potencialização do espaço como equipamento cultural naquela região, inclusive do ponto de vista turístico. A secretária Fátima Mesquita diz, em relação à ocupação da estação ferroviária João Felipe, que esteve recentemente reunida com o secretário de cultura do estado do Ceará e que está muito otimista numa parceria entre IPHAN, SECULT E SECULTFOR. Referente a implementação do CCBNB na Cidade da Criança pensa que seria uma parceria muito interessante de Centro Cultural Parque. Para concluir o ponto de pauta, solicita aos conselheiros uma votação para definir se julgam necessário que se traga um estudo arquitetônico preliminar, como sugerido pelo conselheiro Augusto, para determinar sobre a adequação da implantação do uso Centro Cultural Banco do Nordeste na Cidade da Criança (Parque da Liberdade), ou se desde já fica determinado o uso como inadequado ao Bem. Dando início a votação, os representantes da UFC, Ivone Cordeiro e Romeu Duarte, votam contra a implementação do CCBNB na Cidade da Criança, alegando a falta de espaço e o contraste que esse projeto acarretaria entre os espaços naturais do parque; o conselheiro representante do IAB, Augusto Paiva, vota a favor da análise de um estudo preliminar, para aí sim ter uma opinião definitiva a respeito; o conselheiro representante da UECE, Altamar Muniz, vota a favor da análise de um estudo preliminar; a conselheira representante da SETUR, Maria do Socorro Araújo Câmara, vota contra; o conselheiro representante da Câmara Municipal de Fortaleza, Gerônimo Coelho, vota a favor da análise dos estudos preliminares; o conselheiro representante do IPHAN, Veloso, vota contra; a conselheira repre-

sentante da SETFOR, Helena da Cunha Lima, vota a favor da análise dos estudos preliminares; a conselheira representante da SEMAM, Maria do Socorro Lima, vota a favor. Conclui-se a votação com o resultado de cinco (5) votos a favor da análise dos estudos preliminares para implementação do CCBNB na Cidade da Criança (Parque da Liberdade) e três (3) votos contra. Finalizado o primeiro ponto de pauta, os convidados Tibico Brasil, Luiza Perdigo e Ana Nery agradecem a todos e se retiram da sala. Passando para o segundo ponto da pauta, a secretária Fátima Mesquita dá a palavra ao representante do BNB, Aria Barbosa Ferreira e um dos representantes do IPHAN, Fabrício Vaz Pires da Silva que apresentam o projeto Financiamento para Preservação de Imóveis Privados (convênio BNB/IPHAN/SECULTFOR). Após a apresentação os conselheiros fazem suas considerações a respeito. O conselheiro Romeu Duarte parabeniza o BNB e o IPHAN pela iniciativa de preservação das cidades históricas e lembra que o projeto tende a enfrentar oposição, pois existe muita especulação imobiliária na cidade e que é necessário que tenha-se meios legais para contrapor esses empecilhos que poderão vir a apresentar-se, para isso faz-se necessário a regulamentação do Plano Diretor, especialmente o plano de preferência etc. Essa regulamentação, somada a outras propostas ousadas poderá ajudar muito na relação entre proprietários dos bens privados tombados. A arquiteta Márcia Sampaio diz que coordenou os financiamentos em Icó e que foi uma ação de impacto muito interessante e transformadora, pois dialogou constantemente com os interesses da população; ações como essa que poderiam inspirar os bancos a terem uma linha de financiamento próprio para os bens privados tombados. Conclui ressaltando a necessidade de mobilização da população por parte do município. A conselheira Ivone Cordeiro também parabeniza o BNB e o IPHAN e lembra das tentativas e esforços feitos por ela quando na direção da coordenação de patrimônio do município, mas que só agora a questão do financiamento de bens privados tombados veio para o ponto de pauta e que isso pode conscientizar o próprio poder público. A secretária Fátima Mesquita resalta a importância do projeto e diz abraçar a ideia e lembra das iniciativas da SECULTFOR referente ao assunto, como a licitação para os bens privados tombados pelo município e o Fundo de Cultura que está próximo de se concretizar. A secretária comenta sobre a importância de estar divulgando as ações do COMPHC para a população e lembra da possibilidade de utilizar a mídia, como a televisão e o rádio, para debater sobre assuntos referentes ao patrimônio histórico e cultural da cidade e pergunta qual conselheiro teria interesse em estar participando de alguns programas. O conselheiro Augusto Paiva sugere que seja dada uma pesquisa nas atas das reuniões anteriores para que se encontre alguns temas polêmicos, que poderão ser discutidos na mídia. Não houve tempo suficiente para discutir todos os pontos da pauta, ficando os itens restantes para inserção em próximas reuniões. A secretária Fátima Mesquita, agradecendo ao IPHAN, BNB e a todos os conselheiros, dá por encerrada a 29ª reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza. ENCAMINHAMENTOS: 1. Enviar ofício para a SEMAN solicitando o embargo da obra na Chácara Flora (Rua Marechal Deodoro, 818, Benfica); 2. A Coordenadora Clélia Monasterio solicita que seja analisada a possibilidade de aplicação de multa ao proprietário da Chácara Flora; 3. A Presidente Fátima Mesquita solicita que na próxima reunião do COMPHC (06/09/11) o primeiro ponto da pauta seja o Parecer da Casa do Português, tendo em vista que não fora possível apresentá-lo nesta reunião; 4. A Presidente Fátima Mesquita também solicita que na próxima reunião do COMPHC (06/09/11) inclua na pauta a discussão sobre como as ações do Conselho podem chegar ao conhecimento da população da cidade de Fortaleza, de forma geral; 5. Mandar e-mail para todos os conselheiros sobre a atual situação de todos os bens tombados pelo município; 6. A conselheira Ivone solicita à CPHC que mantenha atualizado o Livro do Tombo; 7. Ficou aprovado, por maioria, que a implementação do Centro Cultural Banco do Nordeste no Parque da Liberdade (Cidade

da Criança) deverá ser analisada com mais cuidado, não sendo vetada pelos conselheiros nesta primeira etapa; 8. Definir pauta para programa na TV Fortaleza - Plenária da Cidade, de preferência sobre um tema polêmico que tenha sido discutido em reuniões anteriores, conforme o desejo do arquiteto Augusto Paiva; 9. Definir a pauta a ser discutida no programa da Rádio Universitária (Falar com Agostinho). Concluídos os trabalhos, a reunião foi considerada encerrada e eu, Clélia Maria Coutinho Teixeira Monastério, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada foi por todos os presentes assinada. **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA (SECULTFOR) - Maria de Fátima Mesquita da Silva. COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA (CPHC-SECULTFOR) - Clélia Maria Coutinho Teixeira Monastério. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) - Francisco Augusto Sales Veloso (Suplente). UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC) - Ivone Cordeiro Barbosa, Romeu Duarte Júnior (Suplente). UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE) - Altamar da Costa Muniz. INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB) - Augusto César Chagas Paiva. SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA (SETFOR) - Helena da Cunha Correia Lima (Suplente). SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ (SETUR) - Maria do Socorro Araújo Câmara (Suplente). SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO - SEMAM - Maria do Socorro Lima (Suplente). CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA (CMF) - Gerôncio Coelho.**

*** **

ATA DA 30ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL (COMPHC). Às nove horas do dia seis de setembro de dois mil e onze, na sede da SECULTFOR, Rua Pereira Filgueiras, nº 04, Centro, em Fortaleza/Ceará, foi realizada a 30ª reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHC, da cidade de Fortaleza com a presença das senhoras e dos senhores: Maria de Fátima Mesquita da Silva, representante da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), e Clélia Maria Coutinho Teixeira Monastério, representante da Coordenação de Patrimônio Histórico-cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), respectivamente Presidente e Secretária do COMPHC, de acordo com a Lei nº 9.347/2008; e os conselheiros Augusto César Chagas Paiva, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Helena da Cunha Lima, representante da Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR); Maria do Socorro Araújo Câmara, representante da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR); Francisco Otávio de Menezes, representante da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT); Maria Clélia Lustosa Costa, representante do Instituto do Ceará (IC); Romeu Duarte Júnior, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC); Francisco Veloso, representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Antonio Osmídio Alencar, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM); Altamar da Costa Muniz, representante da Universidade Estadual do Ceará (UECE) Maria do Socorro Lima, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM); Alênio Carlos Noronha de Alencar, representante da Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (ANPUH); Euler Sobreira Muniz, representante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Estiveram ausentes os Conselheiros: Gerôncio Coelho, representante da Câmara Municipal de Fortaleza (CMF); Alexandre Sabino do Nascimento, representante da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) e Antônio Edmar Carvalho Leite, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Ceará (OAB-CE). Também se encontram presentes o historiador Raimundo Gomes Marques; a arquiteta Márcia Sampaio, o advogado Bruno Queiroz Rabelo e o estagiário Felipe Barreira, todos da CPHC/SECULTFOR e Sírnia Mapuranga, assessora de imprensa da Secretaria de Cultura de

Fortaleza (SECULTFOR). Além deles compareceram os representantes do imóvel situado à Rua Floriano Peixoto: Francisco Eudes de Aguiar, Manoel do Nascimento Dantas e Maria Edite Rafael Dantas. Os representantes do Prédio do Português: Arnaldo Neves, Marcus Melo e Eugênio Queiroz. E os representantes da Farmácia Oswaldo Cruz: Eduardo Pragmácio, Airtton Curocus e Márcia de Fátima Rodrigues. A reunião se inicia com a secretária de cultura e presidente do COMPHC Fátima Mesquita solicitando a autorização por parte dos conselheiros para gravar em vídeo a reunião do COMPHC a fim de facilitar a elaboração da ata, solicitação essa prontamente atendida por todos; em seguida ela faz a leitura dos informes: 1) Ofícios enviados aos proprietários dos bens privados (Prédio do Português e a Casa da Rachel de Queiroz); 2) Mercado da Aerolândia – SER VI; 3) Teatro São José; 4) Abaixo assinado da comunidade do Mucuripe; 5) Lista atualizada dos bens tombados e registrados pelo município (5.1: novos ofícios: Farmácia Oswaldo Cruz, Casa à rua Floriano Peixoto e Maracatu); 6) Indicação de Projeto de Lei 0130/10 sobre a criação do Programa Permanente de Preservação do Patrimônio em Fortaleza; 7) Proposta de poligonal da SEPLA. O conselheiro Romeu sugere que o último informe esteja na pauta da próxima reunião e que seja incluída na lista dos bens tombados e registrados pelo município os patrimônios tombados pela SECULT e pelo IPHAN. O conselheiro Romeu faz um comentário sobre uma visita que ele e seus alunos do curso de arquitetura da UFC fizeram pela praça dos leões e em seu entorno, onde, segundo ele, existem vários imóveis pintados indevidamente com cores que nunca fizeram parte da fachada dos imóveis, ressaltando a total extravagância cromática da pintura feita principalmente na Casa do Estudante. A secretária Fátima diz que esse assunto deverá ser debatido na próxima reunião do COMPHC, já que até aquele momento o conselheiro representante do IPHAN, Veloso, ainda não se encontrava presente, tendo em vista que o projeto Tudo de Cor Para Fortaleza foi resultado de uma parceria entre IPHAN, SECULT, SECULTFOR e a empresa Coral Tintas. A Secretária Fátima Mesquita prossegue a reunião lendo a pauta a ser discutida: 1) Apresentação e votação dos pareceres: a) Casa do Português; b) Casa à rua Teresa Cristina; c) Casa à rua Franklin Távora; d) Círculo Operário do Montese; e) Antiga Sede do Sport Club Maguary; f) Farmácia Oswaldo Cruz. 2) Discussão sobre Tombamento/Registro: Apresentação do Caderno de Educação Patrimonial -Mucuripe- e Leitura das Atas da 1ª Reunião Extraordinária 19/12/2008 e da 20ª Reunião 05/05/2010. 3) Discussão sobre a divulgação das ações do COMPHC. 4) Definição de pauta para programas nas mídias. Diante da presença dos proprietários do imóvel à rua Floriano Peixoto na reunião, os conselheiros solicitam a inclusão do ponto de pauta sobre o pedido de tombamento do referido imóvel, além de alterar a ordem do primeiro ponto da pauta, tendo em vista que os representantes da Farmácia Oswaldo Cruz se encontram presentes, devendo este ponto ser discutido logo em seguida a apresentação do parecer feito pelos conselheiros da UFC, Romeu e Ivone, sobre o tombamento definitivo da Casa do Português. Reorganizada a pauta com o consentimento de todos, a secretária Fátima passa a palavra ao conselheiro Romeu para a leitura do parecer. Feita a leitura, a secretária abre espaço para as intervenções. A conselheira Clélia Lustosa questiona se o último parágrafo do parecer limita o uso do bem apenas para fins residenciais, dúvida essa também manifestada pelo representante da Casa do Português. O conselheiro Romeu explica que o citado parágrafo versa sobre uma prerrogativa constante da carta de Burra e da carta de Veneza no tocante à reversibilidade das intervenções de modo. Diante disso, garante o parecer, que seja possível o resgate das configurações originais do bem a qualquer momento. Não impedindo portanto que sejam dados novos usos e/ou novas configurações espaciais, desde que devidamente aprovadas pelos órgãos competentes. O conselheiro Augusto pergunta se o quarto pavimento manteve a mesma linha dos outros três primeiros pavimentos, já que estes fazem parte da construção original do imóvel. O conselheiro Romeu diz que não, mas que